REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 4

REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO NITERÓI
ANO 2- JUL/DEZ DE 2006
ISSN 1980-9018

O Mal Estar Espacial do Final do Século
The Space bad fare in the end of the Century

O Autor

Ruy Moreira
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFF

Parodiando Freud, o final do século XX também tem o seu mal-estar geográfico, um mal-estar determinado pelo modo de ser-estar-espacial criado a partir século XIV, onde o homem está, não é espaço (FREUD, 1997). Tal é uma mistura de desenraizamento e manipulação do imaginário que hoje se põe em evidência na forma das guerras de destruição, violência generalizada e perdas de referência humana.
Há uma relação entre espaço e existência que se tornou premente clarificar, um problema ontológico que prende a geografia num difícil dilema. Sendo uma forma de olhar o homem no mundo pela via do espaço, como olhar o mundo como mundo do homem se o espaço é dele um dado ontologicamente apartado. Esse impasse teórico e a necessidade de que ele seja enfrentado é o tema desse texto.

A tradição dual e o olhar geográfico

Quando inaugura a modernidade separando o mundo em *res cogitans* e *res extensa* como entes de qualidades distintas, concebendo que tudo no mundo é espacial, exceto o eu, Descartes instaura uma ontologia que fundamentalmente se apóia na dicotomia entre espaço e homem. Quando, logo a seguir, essa geometrização do mundo ganha foro de verdade geral por meio da física newtoniana onde os entes corpóreos distinguem-se entre corpos físicos, sem vida, e corpos vivos, então sinônimo de corpo humano, a possibilidade de qualquer ontologia, mesmo a cartesiana, fica assim bloqueada, mercê do limitado conceito que desse modo é introduzido de existência.

Desde então, ente e existente não mais se encontraram. Em primeiro lugar porque nenhum corpo é espacial, está no espaço. Em segundo, porque só o ente homem é existência. Nenhuma estrutura é integrada, cabendo à razão, via o conceito, a tarefa de fazê-lo.

Então, corpo e eu como reais separados, desdobrados na separação entre espírito e matéria, mente e corpo, homem e natureza tornam-se filosofia consolidada, legitimando a relação entre sujeito e objeto distintos – o eu e o espaço – que o cogito cartesiano instituiu como idéia de relação homem e espaço. E por força desse entendimento consolida-se como real uma relação de recíproca externalidade em que o espaço é externo e o homem apenas nele ocupa um lugar e que a física newtoniana vai instituir como relação de continente e conteúdo que hoje está na base de toda visão da geografia.

Não se trata de um ato neutro, todavia. Na verdade, estamos frente ao pacto em que em nome da transição ao capitalismo que se estabelece no período do Renascimento entre a religião e a ciência, o conhecimento do mundo físico cabe à ciência e o mundo metafísico à religião, o conhecimento dos entes corpóreos ficando para a ciência e o do homem para a filosofia.

A gênese da existência espacial moderna

Essa forma de definição da existência do homem moderno encontra-se determinada por essa seqüência de separações estruturais havidas na história, voltadas ao fim de colocá-lo no estado crescente de homem desenraizado. Todavia, tais separações da estrutura são o aprofundamento de três "leis" de caráter geográfico que vêm atuando e se desdobrando uma como seqüenciamento da outra desde o nascimento das sociedades de classes na história do Ocidente, e que o nascimento e desenvolvimento do capitalismo precipita. São elas: a desnaturação, a desterreação e a desterritorialização. Ordens de acontecimentos que vão construindo a forma espacial real e concreta de ser-estar-do homem-no-mundo como um homem alienado de si mesmo.

A desnaturização

A desnaturação é a quebra do elo de ligação do homem com a natureza que se consagra como forma real da existência humana com o mito da expulsão do paraíso e ganha foro de filosofia com a instauração do conceito de homem e natureza pelo nascimento da ciência moderna.

Extraído do convívio do espaço da natureza o homem é então esvaziado de suas propriedades ontológicas mais profundas, caindo ora na visão da vida prática do senso comum e ora na visão mística do para além da natureza de que deixou mentalmente deixou de ser parte. A desnaturação remonta à cultura judaico-cristã. Relaciona-se ao nascimento e consolidação do monoteísmo**.** E, assim, à constituição da individualidade. Ao por o homem em contato com a divindade, a religião monoteísta o faz a partir da sua interioridade, dimensionando-o num plano que o situa a partir da sua subjetividade. Cria-lhe a consciência do eu, e demarca, assim, o indivíduo no plano da sociabilidade, pondo as bases do rompimento natural. O capitalismo nasce herdando essa cultura. A expulsão do paraíso é a versão bíblica da exclusão do homem do seio natural e cujo reencontro tem o peso do castigo de ter que garantir sua subsistência por meio do trabalho. Este é o conceito que está por trás do preceito do "comerás do suor do teu rosto", o trabalho restabelecendo o elo corpóreo do homem com a natureza, mas como sacrifício.

O nascimento do cristianismo radicaliza esta relação de corpo. Até o advento do cristianismo o corpo mantém-se como o elo do homem com a natureza. São as necessidades do corpo que lembram ao homem sua condição natural e é o uso do corpo em sua relação com a natureza que dá conta dessas necessidades. O cristianismo rompe com essa relação de corpo. A partir dele é a oração o alimento que restabelece o elo com o mundo perdido, a relação de espírito e não de corpo sendo o elo da ligação do mundo mundano com o mundo divino. De certo modo isto explica a diferença de culturas do Ocidente, a de antes e a de depois do nascimento do cristianismo. Uma retrospectiva do nascimento da música cristã nos ajuda a visualizar o que foi dito (ANDRADE, 1976). A música pré-cristã é um ritual de dança, não se separando antes se confundindo música e dança. É uma música de percussão, que a torna corporal, sensória e sensual,

marcada pela alegria e a ritmicidade que põe os homens em comunhão por intermédio do corpo. A música cristã é, ao contrário, um rito de enlevação interior, destinada a por em contato e diálogo o eu e o divino. Espírito e corpo assim se separam, separando-se música e dança. A dança desaparece, ficando apenas a música. É uma música de sopro e corda, melodiosa e ritualizada no coro, longe dos instrumentos e da alegria da percussão, portanto da relação com o corpo e a expressão corpórea. E esta descorporeidade dissolve então toda relação genealógica entre homem e natureza.
A desnaturização moderna radicaliza esta separação de corpo, separando os próprios corpos em dois grandes campos de classificação: há o corpo inerte e há o corpo vivo só o primeiro fazendo parte do padrão real da natureza. A decisão vem com o surgimento da física, Galileu Galilei legislando antes que Isaac Newton. A natureza é para Galilei o corpo que segue leis de cunho físico-matemático, que então chama de elementos primários, distintos dos elementos secundários, atribuídos ao homem, separando natureza e homem agora em termos totais.

A desterreação

A desterreação é o movimento histórico que expropria e expulsa o campesinato da sua relação orgânica com a terra, radicalizando a descorporeidade instituída pela desnaturização ao cortar o último elo que ainda mantinha o homem vinculado à natureza. É a violência da quebra da ligação com a terra, da expropriação que retira do homem sua fonte de vida e o lança na condição de dependente do mercado, ele mesmo convertido numa peça trocável.

Se a desnaturação é de um cunho cosmológico, com a desterreação institui-se a base do nascimento da economia política moderna. No seu sentido mais amplo, a desterreação é assim o processo mediante o qual o homem é retirado de sua relação ambiental, através da expropriação e expulsão da sua ligação com a terra. É um acontecimento histórico concomitante à desnaturização introduzida pelo pacto da ciência e da filosofia no início da modernidade, dissociando o homem dos nichos naturais da superfície terrestre.

É, por isso, um processo de descorporeidade ainda mais radical. Marx a designa de acumulação primitiva do capital (MARX, 1968). E que Deleuze e Guatarri, com o nome de desterritorialização, mostram ser a origem da esquizofrenia moderna, com isto querendo descrever o sentido radical de desenraizamento da cultura que ela traduz (DELEUZE e GUATTARI, 1976).

A desterritorialização

A desterritorialização, por fim, é a quebra definitiva das últimas formas históricas de relação de corporeidade, levando a níveis ainda mais profundos o desenraizamento trazido pela desterreação, agora no sentido da quebra de relação identitária que o homem tinha como habitante de um lugar da superfície da terra, tornando-o um migrante.

A rigor, a desterritorialização combina uma seqüência de movimentos em que ela se institui e em que ela é instituída, num ato que Raffestin designa por tederrelização, a TDR significando a seqüência em que o corpo se territorializa, para depois se desterritorializar e em seguida reterritorializar-se, num movimento cíclico contínuo (RAFFESTIN, 1993).

Pode-se ver a desterritorialização acontecendo na história na seqüência da desterreação do campesinato, em que este, expropropriado, é expulso da terra que ocupava como proprietário ou posseiro, indo entrar num estado de perambulação pelos campos e cidades. Este é o episódio mais conhecido do processo de acumulação primitiva do capital analisada por Marx, relacionado à transformação do bem imóvel que era a terra num bem móvel, a terra virando capital e mercadoria. E pode-se ver a reterritorialização no ato desse campesinato migrar para a cidade e aí vir a constituir-se num proletário moderno. A conquista do direito à cidade, analisada por Lefebvre, na forma da conquista do emprego estável e da morada e outros benefícios urbanos daí decorrentes, fixam o proletário no chão da cidade, ganhando *status* novo de cultura – a cultura proletária – de homem territorializado (LEFEBVRE, 1978). A desterritorialização pode, por fim, ser vista a cada vez que este homem dependente do emprego e do salário, desempregado é levado no extremo a desfazer-se de tudo que o havia territorializado, migrando do seu *habitat* para ir reconstituí-lo em lugares às vezes distante e onde a cultura territorial vai ter de ser de novo criada. Este é o quadro que hoje vai virando permanente, mercê de uma globalização que submete o trabalho a um mercado capitalista mais rapinante e exigente, precarizando-o e fazendo do trabalhador um migrante quase permanente entre os lugares de sobrevivência e de emprego. A desnaturização completa aqui o termo mais radical do seu ciclo, a desterritorialização permanente dissolvendo as referências da identidade corpórea do modo mais completo.

A fonte primária da relação de externalidade entre espaço e homem

A desnaturização, a desterreação e a desterritorialização, ao fim, desintegralizam o homem, descolando-o de todas as referências de tempo e espaço. Fazem o ciclo completo da alienação.

Podemos ver esse processo de estranhamento nas duas etapas de sua constituição ontológica. A primeira relaciona-se ao momento do nascimento da técnica ocorrido no período que a historiografia moderna concebe como o momento seminal da história. E a segunda relaciona-se ao momento da disciplinarização dos corpos no ato da transformação do campesinato em proletários com a qual vai se constituir o período da história moderna.

O nascimento da técnica, significando o nascimento da razão, forma o primeiro momento. Nos níveis técnicos anteriores ao uso do fogo e surgimento da agricultura a relação do homem com a natureza é marcada pelo misterioso, mágico, encantado. A limitada capacidade de transformar elementos do meio em formas de vida, restrita aos materiais mais dúcteis, leva o homem a ter de relacionar-se com matérias-primas de origem vegetal e animal, partes da natureza que têm em identidade com ele a forma e o ciclo vegetativo, acontecendo com as plantas e animais o mesmo fenômeno de vida e morte que se passa com o homem, engendrando uma relação de pertencimento que origina o seu imaginário global de sociabilidade. A própria metalurgia, dependente da lenha e por isto mesmo praticada fora do âmbito da comunidade, no meio da floresta, é vista como uma atividade especial, o metalurgista sendo visto como um homem dotado de poderes mágicos de conferir vida aos metais. O nascimento da técnica agropastoril e a sedentarização que ela introduz como modo de vida, põe um nível de racionalidade na relação do homem com o meio natural, surgindo a razão como mediadora, que com o tempo é transferida para o próprio conteúdo da natureza, ganhando foros de imanência. Isto se reflete, reversivamente, sobre a própria idéia do homem visto agora como portador inato da razão e estabelece na cultura a separação do mito e da razão e a relação do homem

como marcada por duas fases, em que a fase da razão liberta-o para o momento mais avançado.A transição para a modernidade é um segundo momento. A introdução da lógica do mercado em bases cada vez mais industriais estabelece um novo modo de relacionamento do homem com a natureza, instituído no modelo do relógio. A manufatura é o veículo dessa instituição. O sincronismo do trabalho internamente à manufatura, um tipo de indústria já dependente da divisão técnica, significa a introdução de uma forma de tempo-espaço nova de cotidiano, por se tratar de uma cultura de tempo-espaço à qual os artesãos mobilizados para o trabalho na manufatura não estão acostumados e o qual vão ter a passar de viver. Para que funcione na sociedade inteira, enquanto uma exigência do desenvolvimento das trocas, este sincronismo de tempo-espaço terá de progressivamente generalizar-se, saindo do âmbito da manufatura para virar representação de mundo e ritmo de organização corrente do espaço geográfico de toda a sociedade. Daí que o relógio se difunda como um artefato comum pelas indústrias, lares e lojas de toda a cidade. E que a ciência, as artes e a cartografia se modelizem e difundam este espaço-tempo do relógio como paradigma. Através da ciência o sincronismo é levado para o plano da natureza. O sistema solar é revolucionado na compreensão dos seus movimentos com a teoria heliocêntrica de Copérnico, mediante a qual a Terra e todos os astros movem-se em movimentos de deslocamentos exatos – diz-se a partir daí matemáticos, aí nascendo a idéia da matemática como uma ciência exata –, cada qual cumprindo seu circuito de rotação e translação em ciclos de intervalos de tempo de absoluta repetição. Como se fosse no passo mágico dos metalurgistas antigos, o sistema solar move-se num mesmo ritmo sincrônico dos ponteiros do relógio, cujos deslocamentos mais não seriam que a reprodução em forma de máquina dos deslocamentos dos astros ao redor do sol, o relógio repetindo a cada 24 horas do dia a rotação da Terra e na sucessão dos 365 dias e ¼ a translação. Do sistema solar este modelo de engrenagem matemática se generaliza para todos os fenômenos da natureza, dando no conceito inorgânico e físico-matemático que vai nortear a formação da física e de todas as ciências naturais e humanas modernas.

Através da arte, em particular a pintura, a escultura e a arquitetura, o sincronismo é por sua vez levado para o plano dos homens e da sociedade humana. E daí para o plano da superfície terrestre, através da cartografia. Aqui o sincronismo tem a forma da simetria. A forma humana, dos seres vivos e das paisagens terrestres é vista como pelo modelo da distribuição uniforme das proporções. Tudo é simétrico. E tudo é estruturado no padrão dos grandes grupos de similaridades de formas. Por isto é também assim que se passa a ver o padrão geográfico da superfície terrestre, arrumado geometricamente na simetria das horas das linhas imaginárias, das coordenadas e dos fusos horários. De modo que relógio e mapa se encontram na idéia de superfície terrestre.

O espaço vira, assim, ao lado do tempo e da natureza, um padrão abstrato, externo e absoluto que disciplina e controla os homens em suas relações a partir de fora, do chão da fábrica ao sistema do universo, modelizando as trocas, o campo e a cidade num só modo de existência. E a desnaturização, desterreação e desterritorialização são os meios histórico-concretos por meio dos quais este modelo abstrato se empiriciza no modo espacial de existência atual, que inviabiliza a possibilidade do homem sentir-se um ser encontrado consigo mesmo.

A uniformidade e a naturalização técnica da metafísica moderna

Tal como num hegelianismo realizado ao pé da letra, o espaço dá vida objetiva ao espírito absoluto. O longo arco de tempo que vai da desnaturização judaico-cristã à desterritorialização integral como forma de determinação do modo de vida humana tem na uniformidade técnica dos espaços o seu eixo de construção mais evidente.

A história desse processo remonta ao próprio nascimento da razão no Ocidente, que prepara o espírito à instrumentação técnica da natureza. Mas a evidenciação disso só se dá a partir do Renascimento. O sincronismo do tempo do relógio e a disciplinarização dos corpos pela disciplinarização do tempo do trabalho a que os camponeses expulsos para a cidade vão sendo obrigados a obedecer no âmbito da manufatura e a seguir a sociedade inteira no âmbito das relações do mercado, tema analisado por Thompson (1998), são a base de sua constituição. O princípio é a padronização crescente dos espaços nesse tempo disciplinar do relógio. A uniformização técnica do mundo pela hora padrão do relógio, previamente mundializada através dos fusos horários e da cartografia de Mercator, sincroniza os movimentos dos lugares e empiriciza o tempo em espaço em escala planetária, como foi demonstrado por Santos (1996), dando vida ao projeto metafísico de dar universalidade ao capitalismo para cima das culturas e meio ambiente diversos dos lugares, levando-os a globalizar-se.

A globalização e o mal-estar espacial do fim de século

Daí que a globalização decrete o antagonismo do moderno e do pós-moderno.

Sabemos que a modernidade é a concretização do velho discurso dos universais – a metafísica clássica à qual o cartesianismo se filia –, em sua materialização na hora-padrão do tempo-do-trabalho na fábrica, no fuso horário, no mapa de Mercator, na lei da gravidade, no sincronismo do mercado, tudo isto transformado num espaço-mundo racionalmente unificado. E que não teria sido possível a uniformidade técnica do espaço mundial, a regulamentação uniforme dos mercados, a atual globalização sem estes pressupostos.

E sabemos que o pós-moderno pós-moderno é o discurso do fim do sentido do contexto, do fundamento que determina a unidade do múltiplo, da totalidade que constrói as metanarrativas, do real como o descontínuo, o efêmero e a diferença, e da história sem o sujeito e o projeto. Mas fim da totalidade, da permanência, do sujeito, do projeto no justo momento que o velho sonho de unicidade da razão metafísica por fim triunfa na história (MOREIRA, 1993b).

O que tudo isto significa ao olhar geográfico? O pós-moderno é o fim ou a crítica da realização do projeto metafísico da modernidade? Seja o que for, na insistente crítica do sujeito, da metanarrativa e do projeto, o pós-moderno registra o mal-estar que acompanha o modo espacial de existência humana por ele determinado. E põe o tema do espaço no centro de toda indagação ontológica.

Bibliografia

ANDRADE, Mário de. 1977. Pequena História da Música. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora

DELEUZE, J. e Guatarri, F. 1976. O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago Editora

FREUD. Sigmund. 1997. O Mal-Estar na Civilização. Rio de Janeiro: Imago Editora HARVEY, David. 1992. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo? Edições Loyola

LEFEBVRE, Henri. 1978. El Derecho a la Ciudad. Barcelona: Ediciones Península

LUXEMBURGO, Rosa. 1986. O Socialismo e as Igrejas: o comunismo dos primeiros cristãos. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora

MARX, Karl.1968. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro 1, volume I. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira Manuscrito Econômico-Filosóficos de 1844.

MOREIRA, Ruy. 1993. O Racional e o Simbólico na Geografia. In O Novo Mapa do Mundo: Natureza e Sociedade Hoje: Uma Leitura Geográfica. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR

_____ 1993b. O Círculo e a Espiral. A crise paradigmática do mundo moderno. Rio de Janeiro: Obra Aberta/Coo-autor

_____. 1997. Da Região à Rede e ao Lugar. In revista Ciência Geográfica, no. 6. Bauru: AGB

RAFFESTIN, Claude. 1993. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática

SANTOS, Milton. 1996. A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec

SOJA, Edward W. 1993. Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

THOMPSON, E. P. 1998. Tempo, Disciplina do Trabalho e Capitalismo Industrial. In Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras